

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Ciências sociais no período colonial em Angola (1950 - 1974): as
ciências sociais como sustentáculo da colonização portuguesa
em África
Eduardo Sala

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15205>

Submetido em: 2026-02-24

Postado em: 2026-05-26 (versão 3)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Ajustes pontuais

Ciências sociais no período colonial em Angola (1950 - 1974): as ciências sociais como sustentáculo da colonização portuguesa em África

EDUARDO SALA

Doutorando em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7557-5915>
eduardosala200@gmail.com

Resumo: Com o uso de uma abordagem qualitativa e método de pesquisa bibliográfica, este artigo objetiva analisar os fenômenos que marcaram a institucionalização das ciências sociais, bem como as primeiras instituições de investigação científica na Angola colonial – evidenciando os seus objetivos e finalidades. Os resultados indicam que, durante o período colonial, as ciências sociais desempenharam o papel de instrumentos de auxílios e aparelhos ideológicos da administração colonial-fascista português.

Palavras-Chave: ciências sociais, Angola colonial, África.

Social sciences in colonial Angola (1950 - 1974): the social sciences as a pillar of Portuguese colonization in Africa

Abstract: Using a qualitative approach and bibliographic research method, this article objectively analyzes the evidence that marked the institutionalization of the social sciences, as well as the first scientific research institutions in colonial Angola – highlighting their objectives and purposes. The results indicate that, during the colonial period, the social sciences played the role of instruments of aid and ideological apparatuses of the Portuguese colonial-fascist administration.

Keywords: social sciences, colonial Angola, Africa.

Las ciencias sociales en la Angola colonial (1950 - 1974): las ciencias sociales como pilar de la colonización portuguesa en África

Resumen: Utilizando un enfoque cualitativo y un método de investigación bibliográfica, este artículo analiza objetivamente las evidencias que marcaron la institucionalización de las ciencias sociales, así como las primeras instituciones de investigación científica en la Angola colonial, destacando sus objetivos y propósitos. Los resultados indican que, durante el período colonial, las ciencias sociales desempeñaron el papel de instrumentos de apoyo y aparatos ideológicos de la administración colonial-fascista portuguesa.

Palabras clave: ciencias sociales, Angola colonial, África.

1 INTRODUÇÃO

Como alguém que nasceu na terceira fase da história contemporânea angolana, isto é, depois do período pós-colonial, marcado pelo fim do regime de partido único e a institucionalização de um modelo de Estado pautado na economia de mercado sob os pressupostos políticos de uma “democracia liberal – sou parte de uma geração de angolanos que não vivenciou os eventos que marcaram os períodos anteriores (colonial e pós-colonial) e os desafios enfrentados pelos povos de Angola que por eles passaram. Tomado pelas interrogações próprias da minha geração que, em volto a um permanente estado de suspense e mistérios, dedica-se cada vez mais em busca de respostas concernentes as inexplicáveis nuances histórico-sociais demasiadamente incômodas para que sejam simplesmente ignoradas. Como parte de uma nova geração de acadêmicos africanistas em Angola – pressupostos ideológicos com os quais me identifico, estou ciente das armadilhas e dos perigos em que levam a ausência de consciência sócio-histórica por parte de um povo. No meu entender, este é um dos principais pontos fracos que acomete as sociedades africanas na atualidade – particularmente a sociedade angolana.

Uma das confusões mais incômodas, da qual tenho chamado reiteradas vezes atenção ao longo dos meus escritos, é o da romantização do processo, bem como da docilização que se faz hoje da imagem do colonialismo fascista português, com destaque para a sua nefasta relativização midiática. Acredito que, apesar se estar diante de um regime de governo autoritário e descomprometido com o bem-estar social dos angolanos, nada justifica os discursos apologéticos a colonização portuguesa que alguns analistas sociais, figuras políticas e politicamente expostas fazem em sede de programas de rádios e demais meios de comunicação. Trata-se de uma prática desprezível, sinônimo de ignorância e alienação histórico-sociológica.

O fato é que, boa parte dos analistas político-sociais angolanos demonstram uma tremenda incapacidade de discernir os contextos históricos, de entender a importância das lutas anti-coloniais levadas a cabo pelos povos de Angola e, para todos os efeitos, demonstram uma grande falta de consciência civilizacional africana sem precedentes, tal qual o regime autoritário e aculturado que procuram criticar

elogiando dos mais ferozes algozes dos povos de Angola no passado – o regime colonial racista português. São por estes e outros motivos que, mais do que a Institucionalização das Ciências Sociais, optei por fazer uma análise bibliográfica sobre os fenômenos socio-estruturais e a dinâmica das relações étnico-raciais em Angola sob a ocupação portuguesa.

2 METODOLOGIA

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, este artigo analisa os fenômenos que marcaram a institucionalização das ciências sociais, bem como as primeiras instituições de investigação científicas na Angola colonial – evidenciando os seus objetivos e finalidades. No que trata o tema abordado, pelo fato de não existir uma cronologia precisa e consensual dos fatos, portanto, um estudo linear e sistemático sobre o início da institucionalização das Ciências Sociais na Angola colonial, esta pesquisa recorreu ao método de pesquisa bibliográfica, através de uma análise crítica e criteriosa dos estudos já feitos na área e, a partir daí, se predispôs em costurar diferentes pontos de vistas sobre a história das Ciências Sociais no país, agregando-os na forma de um *apanhado geral/coletânea*. É a partir dessa agregação que analisamos e pontuamos algumas observações aproximadamente convergentes, que nos possibilitaram estabelecer um resultado mais ou menos preciso da ordem cronológica dos eventos.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Segundo Cruz (1999), a história das Ciências Sociais e Humanas, isto é – os seus avanços e conquistas, tem sido um não acabar de resistências. Resistências que configuram e modelam “as sociedades em que elas mesmas têm conquistado espaços, (a) firmando e despontando saberes, anunciando futuros. A abordagem da problemática das Ciências Sociais em Angola surgiu como um desafio, mas também como uma necessidade, uma imposição” (Cruz, 1999, p. 89).

Têm as Ciências Sociais sido, também elas, timoneiras da paz, sinaleiras permanentes através do seu papel de inventariadoras do mal estar social, não se esgotando aí a sua importância, pois às Ciências Sociais cabe a interpretação da realidade social, qualquer que seja ela. Elas têm funcionado de algum modo como barômetros, pois os seus avanços e/ou recuos refletem as sociedades em que buscam firmar-se, as áreas de investigação, de

interesse, do estudo, são matéria elas próprias da maior ou menor análise, mercê do modelo de sociedade vigentes, e portanto, dos maiores ou menores constringimentos, da maior ou menor funcionalidade do estado, da administração, das universidades e da sociedade civil (Cruz, 1999, p. 89).

Heimer (1981) situa o início das pesquisas em Ciências Sociais em Angola a partir de 1900, início do século XX. O autor subdivide tais atividades entre as seguintes fases: o processo de ocupação colonial do território, que vai até 1940, o colonialismo, até 1974, o início da luta de libertação (1961) e a fase de reconstrução nacional no pós-independência (Heimer, 1981, p. 181). Por outro lado, Ágoas e Castelo (2019) apontam que a institucionalização das Ciências Sociais em Angola remonta os anos 50. Tal institucionalização se dá com a entrada de Portugal na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara, criada pelo clube de países coloniais, com vista a defesa dos interesses destes Estados na região.

Instituída no segundo pós-guerra, num contexto de crescente contestação ao colonialismo e como resposta das potências coloniais europeias ao interesse científico das Nações Unidas e de círculos acadêmicos norte-americanos pela África, a Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA) revelou uma atenção particular aos estudos sociais, estabelecendo uma agenda de pesquisas paralela à da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Ágoas, Castelo, 2019, p. 409).

Entre 23 de agosto e 3 de setembro de 1955, pouco tempo depois da entrada de Portugal na (CCTA), a referida organização realiza no então “Congo ocupado pelos belgas”, vulgo “Congo belga, a Conferência Interafricana de Ciências Sociais, aquela que segundo Ágoas e Castelo (2019, p. 420-421), “pode ser considerada a mais alta expressão da cooperação científica nesse domínio.” Na época, a concepção que se tinha sobre Ciências Sociais e Humanas era, mais do que aquilo se conhece hoje como inter/multidisciplinaridade, um tanto quanto multiparadigmático, combinando áreas científicas muito diferentes como a “demografia, geografia humana e economia política (secção I); etnologia, sociologia e etno-história (II); antropologia física, psicologia e nutrição (III); linguística (IV); métodos de administração (V); artes e tecnologia (VI) (Ágoas, Castelo, 2019, p. 421).

Já Cruz (1999), por outro lado, marca o ponto de partida da institucionalização das Ciências Sociais em Angola o período que perpassa a colonização até a transição para a independência (1961-1975). Período preliminar a revolução, conforme o chama a autora. As Ciências Sociais na época, ainda sob o jugo colonial, focavam-se sobretudo em estudos etnográficos e geografia humana, com vista a contribuir e/ou

reforçar o colonialismo científico, ou seja, conhecer para melhor dominar (Cruz, 1999, p. 90). Naquela época, os apelos sobre a necessidade de se criar uma categoria de especialistas que pudessem auxiliar o governo em matéria de pesquisa científico-social eram constantes, para os adeptos desta premissa, tal projeto deveria ter um caráter institucional, convertendo-se em política de Estado (Ágoas e Castelo, 2019).

Recomendava-se ao governo que aumentasse as verbas destinadas as entidades responsáveis pela institucionalização de tais estudos, cujos objetivos estavam longe de ser os de autonomia científica e impulsionamento a carreira de investigador, uma vez que a ciência e suas instituições estavam subalternizadas ao poder político e se litavam a coleta de dados, amostras e evidenciar questões levantadas e delimitadas pelo governo da metrópole, e deste para a administração colonial (Ágoas e Castelo, 2019).

Fez-se, inclusive, propostas para que se criasse uma ligação “permanente e estreita” entre os investigadores das ciências humanas, por um lado, e os governos e as administrações responsáveis pela ação social, por outro, “de maneira a sugerir as pesquisas destinadas à solução de problemas urgentes e práticos” (CCTA, 1955: 33)” *apud* Ágoas, Castelo, 2019, p. 423).

Por problemas “urgentes e práticos” a administração colonial entendia como a multietnicidade e o multiculturalismo dos povos de Angola, as línguas africanas, possibilidades de levantes, revoluções, etc. Problemas estes que as Ciências Sociais e Humanas deveriam ajudar a solucionar coletando dados e, por fim, da alienação e aculturação dos povos de Angola.

Heimer (1981) justifica a fixação do ano 1900 (início do século XX) como o período inicial dos estudos em Ciências Sociais, em consonância com a adoção do nome “Angola” em referência ao território que se conhece hoje como República de Angola. O autor deixa evidente que o conhecimento sobre a realidade social do país a partir deste período continuam fragmentados e insatisfatórios. Um dos motivos é porque, de 1926 a 1974, vigorou em Portugal (metrópole que administrava a colônia de Angola) um regime de ideologia fascista (salazarismo) que, “para além da ordem política, abarcava as ordens econômica e cultural, o que limitou a capacidade de investigação em Ciências Sociais no território de Angola” (Heimer, 1981, p. 182).

Não à toa que não portugueses (outros ocidentais), que desfrutavam de uma liberdade de investigação razoavelmente ampla nas colônias portuguesas, quando se propunham em fazer pesquisas históricas sobre os períodos remotos, encontravam barreiras e viam sua margem de liberdade estreitada quando se propunham em fazer pesquisas sobre os fenômenos contemporâneos ao colonialismo ou sobre um passado não muito distante deste (Bender e Isaacman, 1976 *apud* Heimer (1981, p. 182).

Era do interesse do regime colonial português distorcer a história, humanizando a barbárie que foi o processo de ocupação, mascarar e manipular a imagem da situação social na colônia, uma vez que funcionava por aí uma espécie de sistema de hierarquização racial puramente fascista em que os povos africanos, aqueles que eles alegavam querer “civilizar”, eram submetidos as mais desumanas experiências de cujos sentimentos só, e apenas aqueles que viveram sob a égide de aberrações políticas como o *Estatuto do Indigenato* poderiam descrever com precisão.

Se pegarmos emprestado as observações de Sanches (2011), podemos deduzir que a privação de certos estudos sociais alheios aos interesses da metrópole na então colônia de Angola tinha como pressuposto reforçar a crença supremacista de que a África era um não lugar, habitado por povos sem cultura e que, portanto, só e unicamente a assimilação do modo de vida europeu daria um ligeiro status de humanismo, portanto, de existência a este território e os povos autóctones que nele habitam. “No caso português, em que Salazar afirma que a *África não existe*, atinge mesmo o mais elevado grau do absurdo” (Sanches, 2011, p. 358).

É por exemplo, o caso da pretensa teoria da *assimilação* progressiva das populações nativas, que não passa de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura do povo em questão. O nítido fracasso desta «teoria», posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais Portugal, é a prova mais evidente da sua inviabilidade, senão mesmo do seu carácter desumano (Sanches, 2011, p. 358).

A instrumentalização das Ciências Sociais pelos europeus, com o intuito de justificar e auxiliar o processo de colonização recorrendo a prática do racismo científico é um hábito velho que antecede a ocupação efetiva do continente africano. É possível observar tal tendência supremacista nas obras dos mais célebres intelectuais-arquitetos do pensamento político-filosófico-social euro-ocidental. Kajibanga (2008) menciona, por exemplo, a obra de Hegel *Curso sobre a Filosofia da*

História, de 1830, que aborda sobre o caráter a-histórico das sociedades africanas, segundo o qual, o continente africano está à margem da história do mundo, ou seja, não é parte dela. De acordo com tal tese, a África não tem movimentos e progressos a mostrar, “aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e deve ser aqui apresentado apenas no limiar da história do mundo [apud Ki-Zerbo 1972: 10]” (Kajibanga, 2008, p. 8).

Se em Hegel e nos vários escritos e discursos dos missionários dos séculos XVIII e XIX, os povos sem história se situavam num tempo anterior ao presente, pois os povos com história sabiam escrever a história dos povos que não tinham escrita, já em Max Weber há a transformação dessa lacuna em celebração da conquista pelo Ocidente, e apenas pelo Ocidente, “do verdadeiro saber como valor universal” [cf. Mignolo 2003: 23] (Kajibanga, 2008, p. 2).

Outro renomado intelectual ocidental que embarcou na retórica do racismo científico foi Max Weber, que no início do século XX, juntou-se as posições de Hegel, ao lançar a sua famosa obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em que o autor afirma que no panorama da história universal, é fato que apenas na civilização ocidental, e somente nela, “terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor universais. Apenas no Ocidente existe uma ciência num estado de desenvolvimento que reconhecemos, hoje, como válido” [Weber (1904) 2005: 23] (Kajibanga, 2008, p. 8).

Sobre a Filosofia, uma área afim, por exemplo, Bastos (2024) diz que nos anos primordiais da colonização não se verificou a existência de um ensino da disciplina que promovesse o que o autor chama de racionalidade angolana, que contrariasse a política discriminatória e autoritária imposta aos povos de Angola pela administração colonial. “A Filosofia servia para justificar a situação reinante de pura dominação, opressão e exploração que vitimava o poder angolano” (Bastos, 2024, p. 93-94).

Kajibanga (2008, p. 8) diz que, “como se pode verificar, as ideias de Hegel e Weber construíram a âncora epistemológica do “imaginário atlântico”, da colonialidade epistémica e da conseqüente subalternização dos saberes periféricos ao Ocidente”. Na então colônia, a investigação científica tinha como propósito ajudar o poder político na implementação de uma ordem socioeconômica que visava tornar Angola terra de brancos, levando assim ao desenraizamento cultural dos povos

africanos, com fim de levá-los a aculturação, impondo-os crenças, instituições e modelo de comportamento social de Portugal (Sociologia 11 Classe Angola, 2022).

Por exemplo, Bastos (2024) reconhece que a implementação do ensino de Filosofia promovido pela Igreja Católica trouxe alguma diversidade curricular fora da cartilha daqueles organizados pela administração colonial. Porém, chama atenção para o fato de que a matriz adicional se limitava a nada mais do que a introdução das aulas de latim e OPAN, que na sua opinião, contribuía para o domínio daquilo que ele chama de “racionalidade colonial”.

Estamos em meados do século XX em que se verificou a presença da reprodução do axioma “filosofia serve da teologia”, reforçando-se o ensino missionário com “o seu peso medieval e com o seu escolasticismo maniqueísta filosófico”, também fazia-se sentir esse peso no ensino liceal assente na visão tomista-aristotélica, que abordou de forma sistemática o campo da filosofia. (Thomé 2000). (Bastos, 2024, p. 93).

Como um *modus operandi* cientificamente comprovado das sociedades racialmente hierarquizadas, o regime colonial português, ainda na fase do ultracolonialismo (1920 e 1950), demarcava-se de fazer menção a estrutura racial dos territórios sob o seu domínio, dando a impressão de que Angola era um paraíso racial, fenômeno que no Brasil (vigente até os dias atuais) o Sociólogo Florestan Fernandes (2021) chama de “o mito da democracia racial”. Não havia estudos sobre estrutura de classes, identidades e relações raciais, salvo alguns poucos estudos (de Dorothy Keet, por exemplo) centrados na estrutura da sociedade central” (Heimer, 1981, p. 185-186).

Cardoso (2017) diz que Portugal centralizava a investigação sobre as suas colônias em África na chamada Junta de Investigação do Ultramar. “As ciências sociais sofriam constrangimentos graves decorrentes tanto da ideologia colonial, como do regime político altamente repressivo” (Cardoso, 2017, p. 92). Segundo o autor, as coletas de dados nos mais diversos campos das Ciências Sociais visavam dar um escopo informacional não à Ciência e a sociedade em si, mas sim as estratégias geopolíticas do então Estado supremacista colonial.

Alguns trabalhos puderam ser produzidos, principalmente em etnologia, história e geografia e contribuíram para recolher dados importantes sobre as sociedades e os povos estudados. Este conjunto de trabalhos tinha como principal objetivo, no entanto, informar as políticas da potência colonial, e menos fazer avançar o conhecimento nas diferentes áreas (Cardoso, 2017, p. 92).

Salvo alguns poucos estudos genéricos sobre economia política agro-pastoreira dos povos do Sul e a prática do cultivo do milho pelos Ovimbundos – conforme observa (Heimer, 1981), os estudos sócio-qualitativos dirigidos pelo regime ocupante português na Angola colonial, a exemplo daqueles que compõem os indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) são passíveis de desconfiança e questionamentos. Isso porque no que trata os índices de qualidade de vida, as investigações em Ciências Sociais na Angola sob ocupação colonial tinham como foco os colonos europeus, em detrimento da população africana.

Para Heimer (1981), “a ocupação militar e administrativa e o crescimento da sociedade colonial levaram a uma intensificação da ação sobre as sociedades africanas e da transformação no seio destas sociedades” (Heimer, 1981, p. 183-184). Mas em contrapartida, “faltam análises detalhadas em relação as diferentes componentes desta formação social, inclusive quanto a «sociedade central» sobre a qual existe material (estatístico e outro) relativamente amplo, mas poucos estudos de caráter analítico” (Heimer, 1981, p. 185).

Os estudos sociais sobre economia política feito pelos portugueses tinham como fator a análise da exploração da mão de obra da população nativa. Nas décadas seguintes, a sociedade colonial ganha uma nova dinâmica na medida em que se torna mais heterogênea ao diversificar seus modos de produção, fenômeno no qual a população africana de Angola desempenhou um papel-chave com a institucionalização do trabalho forçado. Conhecer as capacidades técnicas de produção dos povos locais tornou-se um mecanismo de rentabilidade econômica para o colonizador, portanto, um fator prioritário. “É preciso sublinhar que esta constatação se refere, mais particularmente, ao sistema colonial no seu conjunto assim como a estrutura básica da formação social angolana, produzida pela intervenção colonial” (Heimer, 1981, p. 185).

Heimer (1981) destaca que na fase mais avançada do colonialismo, surgiram obras/pesquisas em Ciências Sociais que denunciavam Portugal que, inserido na ordem das metrópoles capitalistas, praticava uma opressão e exploração maciça dos africanos, tanto em Angola como nas outras colônias em África. O autor também faz referências ao livro de dupla autoria de Andrade e Olliveir (1971), que gerou polêmica entre as autoridades da metrópole e os colonos. Pois, na sua primeira parte oferece

uma interpretação consistente, embora ainda resumida e preliminar do sistema do ultracolonialismo em Angola, em termos da economia política. Para o autor, esta interpretação serve até o momento presente como quadro de referência que só nalguns projetos foi aperfeiçoado pelo grupo de trabalho do Cedetim (1977) (Heimer, 1981, p. 184).

É preciso atentar-se às questões abordadas por Heimer (1981) no que concerne a hierarquização racial e o levantamento de dados estatísticos sociais distorcidos, com enfoque na população de ascendência europeia na Angola colonial em detrimento dos africanos – a maioria esmagadora da população. São questões de extrema importância para a elucidação de certos fenômenos que ressoam hoje nos no panorama dos debates sociopolíticos em Angola.

Atualmente, como resultado de um sistema de educação e política curricular neo-colonizado, reforçado por discursos de alguns analistas e políticos da chamada velha guarda com “um certo complexo de colonizados e Síndrome de Estocolmo”, criou-se um perigoso mito, uma falsa e ultrajante crença no seio da sociedade angolana de que o período colonial – marcado por genocídios, racialização da sociedade com a subalternização da população nativa, trabalho forçado, privação do direito à cidadania, etc – foi menos pior e/ou até mesmo melhor do que o período atual marcado por um regime de governo autocrático.

Porém, como diz o famoso ditado popular, é preciso saber separar as águas. Forçar equiparação entre ambos os períodos da história nacional, balanceando a favor do colonialismo é, impreterivelmente, um gesto vergonhoso, autodepreciativo e contraproducente, que se traduz numa amnésia histórico-social coletiva como resultado de um sistema de ensino e currículo colonizado, com consequências não só memoriais, mas geopolíticas de grande dimensão. A literatura sobre a institucionalização das Ciências Sociais na Angola sob dominação colonial mostra que todo e qualquer discurso sobre suposta “boa situação social” do período colonial não passa de falácia, lavagem cerebral, revisão e distorção da história a favor do colonialismo, advogando a favor da já refutada missão civilizatória daquele regime racista.

Tendo como base as os argumentos de Heimer (1981) e Cardoso (2017), podemos auferir que quaisquer indicadores sociais como educação, esperança de

vida, emprego e poder de compra ou demais indicadores econômicos levados a cabo naquele período eram dados levantados do perfil de uma ínfima parte da população, aquela de ascendência europeia. Essa minoria europeia era a única parte da população que se beneficiava de qualquer avanço verificável na Angola ocupada. Seja na educação, saúde, nos transportes e demais setores, eram obras para os portugueses étnicos que viviam em Angola, não para os angolanos. Aliás, quantos alfabetizados nativo-africanos Portugal deixou em Angola?

Não à toa que em 11 de novembro de 1975, data da independência precedida por um fluxo de repatriamento em massa de colonos europeus de Angola para Portugal, verificou-se que o regime racista colonial deixara um país acentuadamente sub-escolarizado, com cerca de 85% da população analfabeta (Sumbo, 2023). Ou seja, salvo alguns poucos assimilados que viriam a se tornar nos dirigentes dos movimentos de libertação nacional mais tarde, os angolanos eram maioritariamente camponeses iletrados. Contrariamente as fantasias difundidas por alguns analistas inconsequentes, era essa a realidade social de Angola sob ocupação colonial.

Conhecer tais fenômenos é importante para a devida compreensão da dinâmica das atuais relações de poder Angola/África com o Ocidente, num panorama de ascensão ao poder de figuras, organizações e de grupos políticos de extrema-direita abertamente racistas e lunáticas como o trumpismo nos EUA, que flertam com o passado colonial, defendem genocídio e o assassinato de milhares de crianças e mulheres não ocidentais com base em pressupostos religiosos de um cristianismo evidentemente distorcido.

Em Angola, os currículos de Ciências Sociais eurocentrados gera uma amnésia histórica coletiva e uma efervescente síndrome de Estocolmo que leva com que, inclusive, por ignorância ou oportunismo assente na equivocada crença da possível gestão equilibrada do mal, determinadas figuras políticas e acadêmicas nacionais se autodenominem amigos de inescrupulosas figuras políticas extremistas de direita portuguesas abertamente racistas africanóforas.

Diante de tudo isso, a questão que se coloca é: vale descer tanto ladeira abaixo, dilacerando a memória dos heroicos ancestrais povos de Angola vitimizados pelo fascismo-colonial português, como fim de se atingir o atual regime atípico que “dita” os meandros da vida política em Angola? O colonialismo foi uma aberração, e

como qualquer abominação, discursos apologéticos a este mal e seus representantes no século XXI (extrema-direita) deveriam ser energicamente combatidos em Angola, África e no Sul Global como um todo. Conforme Sanches (2011, p. 367) diz, “a era colonial instalou-se em todos os crimes da exploração que o caracterizam”.

No passado recente, até mesmo o então Representante do Secretário Geral das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, numa entrevista ao jornal português *Expresso*, dissera, e com razão – com as evidências que os discursos sociopolíticos retrógrados do tempo de hoje lhe conferem, que existe uma tendência de nos comportarmos como amnésicos, “procurando copiar de maneira infantil o que os outros fazem, em vez de procurarmos no nosso passado, no nosso patrimônio histórico, cultural e político as soluções mais adaptadas as nossas necessidades. Ao correr sempre atrás dos outros, ficamos sem fôlego e caímos” (Kajibanga, 2008, p. 13).

Em pedagogia do oprimido, Freire (1987, p. 28) diz que “há, por outro lado, em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida”. O autor termina dizendo que alienado, o oprimido quer, a qualquer custo, se parecer com o opressor. Por isso é que, entender a forma como o Ocidente via e interpretava a África no passado pré-colonial e colonial, bem como as suas Ciências Sociais pintavam o continente sobre o prisma do racismo científico, é importante para se entender o dilema ideológico em que os sistemas políticos ocidentais estão atolados nos dias atuais.

Por exemplo, Macamo (2022) faz um desabafo que numa primeira instância atesta que, o Ocidente preservou seu *modus operandis* de estigmatização e apagamento da África que inventou ainda no período colonial, inovando e perpassando às suas novas gerações. Segundo o professor de Estudos Africanos na universidade de Basilela, Suíça, ao participar de um seminário sobre imagens da África, ele e seus estudantes descobriram que não existem imagens da África. “Existem leituras das representações que se fazem da África. O mundo é um jogo gigantesco de espelhos onde, essencialmente, nos revemos” (Macamo, 2022, p. 14).

Ou seja, tal qual como no período colonial, as Ciências Sociais ensinadas atualmente nas escolas e cátedras ocidentais continuam a propagar a ideia “racista” de que a África é um “não lugar”. Ao que tudo indica, são os referenciais e as

interpretações de mundo dessas Ciências Sociais tidas como eruditas e modelos a serem adotadas por muitos acadêmicos em Angola.

Ainda, segundo Macamo (2022), a ideia específica de África e de tudo um pouco que se conhece hoje sobre o continente é resultado de uma produção colonial. Como um lugar cuja existência depende do conceito e significado que lhe é atribuído pelo vocabulário colonial, qualquer tentativa de se construir uma África diferente da imagem criada pelo colonialismo está fadada ao fracasso, porque tal só é possível com a criação de um vocabulário alternativo. “Ora, isso não é necessariamente um problema, pois o olhar crítico que nós trazemos para a constituição do conhecimento sobre a África pode nos permitir produzir um novo conceito de África que não seja indiferente à história” (Macamo, 2022, p. 19).

3. 1 AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NA ANGOLA COLONIAL

Antes de adentrarmos no debate sobre o ensino superior em Angola mais especificamente, gostaria de fazer uma breve revisão sobre os meandros que marcaram e marcam a institucionalização do ensino superior em África, particularmente na sua região ao Sul do Saara. Longe de ser uma invenção e/ou tradição exclusiva dos europeus, a tradição universitária em África situa-se desde os períodos mais remotos da época pré-colonial. Segundo Kajibanga (2000), a primeira instituição de ensino superior em África foi a Universidade de Al-Ahzar do Cairo, Egito, que surgiu no ano de 988.

De acordo com o autor, a universidade de Al-Ahzar surgiu antes de algumas das mais bem conhecidas universidades europeias, como a Universidade de Paris, França, que surgiu em 1150, a Universidade de Oxford, Reino Unido (1167) e a Universidade de Montpellier (1181), também na França. A Universidade de Al-Ahzar “oferecia cursos no domínio da agricultura, engenharia, estudos dentários, farmácia, comunicação de massas e ciências fundamentais, além de estudos filosóficos, cômicos e islâmicos que integravam o currículo nuclear da universidade” (Kajibanga, 2000, p. 138-139).

Já na região da África ao Sul do Saara, a primeira Instituição de ensino superior foi a Universidade de Sankoré, que surgiu entre o século X e XII em Tombuctu, no Mali. A universidade de Sankoré, segundo Kajibanga (2000), contava com um corpo estudantil de cerca de 15 a 20 mil alunos, numa cidade (Tombuctu) de cerca de 70 a 80 mil habitantes. Essa taxa entre o número de habitantes da cidade-sede e o número estudantes da universidade seria hoje, em termos proporcionais, um número recorde de matrícula por mil habitantes. Kajibanga (2000) cita igualmente as avaliações em termos de qualidade de ensino da primeira universidade da África ao Sul do Saara, feita por renomados especialistas como Honorat Aguessy, em que num texto inserido no livro *Introdução à cultura africana* (1982, p. 110-111), diz que a Universidade de Tombuctu era de um vigor intelectual de dimensão mundial. “O excepcional nível cultural da Universidade de Tombuctu «permitiu a eclosão e a emergência de um certo número de sábios cuja autoridade no domínio da ciência, das letras, do direito, etc, era mundialmente reconhecida e admirada» [Aguessy, 1980: 110]” (Kajibanga, 2000, p. 139).

Os universitários africanos da primeira geração pautavam pela dimensão cultural de desenvolvimento. Doutores e professores eminentes atravessam desertos para ministrarem cursos, contribuindo para o desenvolvimento da respectiva cidade (refiro-me à cidade de Tombuctu) (Kajibanga, 2000, p. 139).

A segunda geração de universidades e, portanto, de universitários africanos, surgem no período colonial (Kajibanga, 2000). A primeira destas instituições foi a Fourah Bay College, na Serra Leoa (1879). Ainda, segundo Kajibanga (2000), sob o domínio britânico, surgem três institutos universitários promovidos a colégios da universidade de Londres por volta da década de 1940. “Duas décadas depois surgiam centros de ensino universitário na África sob ocupação francesa e portuguesa. Em 1957, eram criados a Universidade de Dakar (Senegal) e o Centro de Estudos Superior da Costa de Marfim” (Kajibanga, 2000, p. 139-140).

Finalmente, na África sob a ocupação portuguesa, o ensino superior surge muito mais tarde, em 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, tutelados pela Universidade Portuguesa, localizado na metrópole (Kajibanga, 2000). De acordo com Kajibanga, (2000), tal instituição tinham como principal missão a formação de elites nativo-africanas “culturalmente assimiladas (e politicamente fiéis ao colonialismo), que, segundo o professor Adriano Moreira (então ministro português do ultramar), abandonam a cultura originária e

adotam a missão de generalizar os novos costumes [Moreira, 1956: 159-189]” (Kajibanga, 2000, p. 140).

Em 1936, por intermédio do decreto nº 26.180, de 07 de janeiro, propõem-se a reorganização e remodelação da Junta das Missões Geográfica e de investigação do ultramar. Em 1945, com base no decreto nº35. 395 de 26 de dezembro de 1945, cria-se o Instituto de Investigação Científica, sob a égide da Junta das Missões em Portugal. Foi nesse âmbito que em 1945, por causa da importância que Angola representava para Portugal, cria-se o *Instituto de Investigação Científica de Angola* (Sociologia 11 Classe Angola, 2022).

Deste modo, a primeira instituição de investigação científica criada por Portugal, com vista as colônias, foi a *Junta de Missões Geográfica e de investigação do ultramar*. Segundo Ágoas e Castelo (2019, p. 409), “em Portugal, a incorporação simultânea das ciências sociais na investigação científica e no ensino superior coloniais remonta a meados da década de 1950, quando nesses domínios vigoravam ainda os estudos jurídicos e a antropologia física”. Em Angola, tal instituição realizava investigação científica nas áreas da etnologia e Sociologia, com o propósito de reforçar o escopo informacional do regime colonial Português em relação aos povos africanos, era um instrumento do aparato ideológico da administração colonial.

A Ciência Etnológica tinha como pressuposto dar sustentabilidade empírica aos ideais supremacistas apregoados pelo regime fascista-colonial. Àquilo que hoje se costuma chamar de racismo científico (Sociologia 11Classe Angola, 2022). E “sobre a relação de Portugal com os trópicos], que, a partir da década de 1950, fundamentou a produção ideológica que permitiu ao regime do Estado Novo defender a continuidade do processo colonial com base na sua suposta excepcionalidade” (Chabal 2002; Carvalho 2014 apud Grassi, 2016, p. 18).

Com a criação da Junta de Investigação do Ultramar, e como resultado das observações que a metrópole colonial vinha fazendo das políticas de outras dominações imperiais, que aos olhos do regime fascista-colonial vinham tendo sucessos com seus estudos, Portugal cria as primeiras cadeiras de Sociologia em 1955 e Antropologia em 1956, “no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (Iseu), em Lisboa, e lançadas em território africano as primeiras missões científico-sociais (1957) do Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps) da Junta de Investigações do Ultramar (JIU)” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 411).

No primeiro caso, trata-se da instituição responsável pela formação dos funcionários administrativos do império colonial português. No segundo, trata-se de um centro de pesquisas dependente do organismo central coordenador da investigação científica nas colônias (Ágoas, Castelo, 2019, p. 411).

O Instituto de Investigação Científica de Angola foi criado com o objetivo de desenvolver conhecimentos sobre a cultura dos povos de Angola. A nível da Ciência, o seu domínio era nas áreas de Geografia, História Natural, Ciências Humanas e Sociais (Sociologia 11 Classe Angola, 2022). Pouco tempo depois da criação da Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA), uma instituição científica pertencente ao clube de países imperialistas/colonialistas, no qual Portugal aderiu em 1955, foi criada a Fundação para a Assistência Mútua na África ao Sul do Saara (Fama) em 1958, um departamento de intervenção técnica da CCTA (Ágoas e Castelo, 2019).

A criação de condições para a transição do controle das instituições científicas do colonizador para uma elite nacional nativa em 1975 coincide com uma série de acontecimentos que resultaram em reveses para os colonizadores europeus em toda África, datados a partir de 1959, quando a sede da CCTA foi transferida de Londres (Reino Unido), para Lagos (Nigéria).

Um ano depois, na década de 1960, vários impérios coloniais desmoronam, dando lugar a uma vaga de independências dos países africanos ao Sul do Saara, o que culminou com a entrada de vários Estados africanos agora independentes na organização e a inevitável africanização da CCTA. Assim, “Portugal, por sua vez, viu seus delegados impedidos de participarem da sessão” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 4016-417). É necessário lembrar que em 1961 começa oficialmente a luta armada de libertação nacional de Angola e que a década de 60 é considerada hoje como a década da África.

A África do Sul, cuja política de discriminação racial e supremacia branca chocava frontalmente com os novos Estados independentes, foi persuadida pelo secretário-geral Cheysson a abandonar a CCTA às vésperas da 17ª sessão, realizada em Abidjan, em 1962. A Rodésia a acompanhou (Ágoas, Castelo, 2019, p. 417).

Segundo Ágoas e Castelo (2019), a versão social da CCTA tinha como pressuposto a (re) legitimação da autoridade colonial em meio à crise que os impérios europeus se encontravam, uma tentativa desesperada de salvar o que restava da dominação colonial. Por isso que, apesar de ter se tratado de um organismo multidisciplinar, “desde cedo se mostrou particularmente interessada nas ciências

sociais e na promoção de estudos sobre trabalho, bem-estar rural, delinquência juvenil, habitação, migrações e educação” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 417).

O Comitê Interafricano de Ciências Sociais – ou Ciências Humanas, nos documentos em francês – foi então instituído como um organismo permanente da CCTA, destinado “a favorecer e encorajar a consulta mútua, a ligação e a cooperação no domínio das ciências sociais” na África subsaariana (Ágoas, Castelo, 2019, p. 420).

Rivalidades e conflitos de interesses entre os Estados coloniais, hegemônicos e instituições multilaterais marcaram toda a história da institucionalização das Ciências Sociais em Angola e África. Por exemplo, segundo Ágoas e Castelo (2019), “O CSA mostrava também preocupação face ao interesse na África expresso por círculos acadêmicos norte-americanos, sobretudo nos campos de antropologia e sociologia” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 418).

Por exemplo, Ferreira (2010) apresenta dados cronológicos sobre a evolução dos estudos africanos nos EUA, segundo ele, em 1959, uma pesquisa da American Historical Association (AHA) revelou que a nível de doutorado, existiam mais de mil estudantes na área, e que, “de apenas 49 teses de doutorado entre 1951 e 1960, a produção sobre África avançou para 529 teses entre 2000 e 2001. Por sua vez, o número de centros de Estudos Africanos chegaria a mais de setenta, em 2002” (Ferreira, 2010, p. 73-90).

Em sua visita a sede da UNESCO em Paris – França, nos finais de 1952, o secretário geral da CCTA chegou mesmo ao ponto de acusar a referida agência da ONU de ter sua própria agenda de pesquisa social sobre África, da qual não estava disposta a abdicar (Ágoas e Castelo, 2019). Num clima de tensão gerado pela ganância, atrelado a um sentimento obsessivo compulsivo de direito de proprietário exclusivo historicamente atribuído, o regime colonial-fascista português jaz num estado de síndrome paranoide – em parte justificável – procurava desesperadamente convencer os seus colegas ingleses, franceses e belgas que não era confiável colaborar com a UNESCO. Ainda, de acordo com Ágoas e Castelo (2019), o regime fascista português desconfiava e alegava que a UNESCO, depois de “um ano volvido, era já claro que, além de não aceitar a exclusiva competência da CCTA na região, pretendia criar-lhe embaraços com o objetivo de destruí-la” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 418).

3. 2 A SOCIOLOGIA COLONIAL VS MÁRIO PINTO DE ANDRADE

No que concerne os estudos no campo da Sociologia em Angola, sua gênese remete a partir da época colonial. Alguns acadêmicos da área observam que há, inclusive, correntes que defendem que deveria situar-se a partir das sociedades mais remotas que hoje formam a República de Angola – o período pré-colonial, evidenciando-se sobretudo na tradição oral. Mas, devido a questões técnicas diversas, neste texto em específico nos limitaremos ao período colonial.

Ideologicamente, as Ciências Sociais na então colônia de Angola tinham como missão a propagação e o reforço dos postulados coloniais, bem como a legitimação da autoridade administrativa desta sobre os nativos. Citando o professor Iseu, um jurista, Ágoas, Castelo (2019) observam que nas colônias portuguesas, a tendência era submeter os sociólogos e os antropólogos ao serviço da administração colonial.

Isso se tornou evidente na primeira conferência interafricana realizada entre 23 de agosto e 03 de setembro de 1955, em Bukavu, então Congo Belga e atual República Democrática do Congo (RDC). “Era, pois, necessário “cuidar da formação urgente, nas nossas escolas, de um quadro de especialistas em sociologia e antropologia que possam fazer a ocupação científica dos nossos territórios no domínio das ciências sociais” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 424).

No que se refere à etnologia e à sociologia, em concreto, o cenário não era muito diferente. O relatório da seção II, que também incluía a etno-história, começava por referir, para Angola, a publicação de alguns artigos assinados por um funcionário administrativo, Mário Milheiros, e os trabalhos etnográficos do espiritano francês Charles Estermann.” Mais especificamente, tratava-se de “desenvolver os estudos de sociologia”, a respeito de contatos culturais, migrações, vida urbana, níveis de vida e evolução local face às transformações económicas (Ágoas, Castelo, 2019, p. 422).

Conforme Ágoas e Castelo (2019), a os registros dão conta de que a Ciências Sociais configuravam-se num instrumento da administração colonial. Dos estudos gerais Universitários de Angola e Moçambique à sociedade Geográfica de Lisboa, o regime de ocupação português criou entidades e instituições que se encarregariam de elaborar, coordenar e executar pesquisas sociais sobre a colônia e os povos subjugados segundo a métrica dos interesses do primeiro. De acordo com o manual de ensino de Sociologia da 11ª série, em Angola, o conhecimento sociológico sobre a realidade angolana começou a ser desenvolvido por historiadores, geógrafos,

antropólogos e pesquisadores de outras especialidades nas áreas das Ciências Sociais e Humanas (11 Classe-Sociologia Angola, 2022).

Com o aparecimento do instituto de investigação científica de Angola em 1955, a Sociologia começou a interessar-se pela sociedade angolana nas temáticas específicas ligadas ao trabalho, dos aspectos das relações socio-coloniais (como o tom de pele, racismo, escolaridade, trabalho forçado, a consolidação do aparelho do Estado colonial, etc) (11 Classe-Sociologia Angola, 2022). Segundo Silva (2016), “a Sociologia era formada dentro da cultura do imperialismo e incorporou uma resposta intelectual ao mundo colonizado” (Silva, 2016, p. 45).

Para Ágoas, Castelo (2019), no que concerne a colonização, a Sociologia, apesar de pouco abordada em comparação com a Antropologia, teve seu próprio papel epistêmico de cariz colonial. Os autores observam que a abordagem historiográfica da disciplina em Portugal esconde a sua vertente imperial. Assim como as demais sociologias europeias da época, a Sociologia portuguesa, dada a natureza autoritária do Estado Novo, era em sua essência colonial (Ágoas, Castelo, 2019, p. 413).

A análise de longa duração da história da Sociologia em Angola deve ser situada a partir desta fase (colonial), uma vez que, por sociologia colonial portuguesa, entende-se por estudos sociológicos levados a cabo pelo império ocupante português em África, sendo Angola a maior das colônias. Assim, fica evidente que a Sociologia em Angola foi fundada sob o paradigma colonial.

Como se viu na primeira seção, na então colônia de Angola, a divisão do trabalho era numa primeira instância de ordem racial, não social. Os africanos estavam na base da hierarquia, sobre os quais eram impostos os chamados “trabalhos forçados”, atualmente conhecidos como “trabalhos análogos a escravidão”. Os africanos que preservavam seus hábitos e costumes, apelidados de indígenas, eram não cidadãos, portanto, despidos de direitos e garantias fundamentais.

Para os africanos, a colônia de Angola era uma enorme prisão a céu aberto, cujo único destino que os aguardava era o de mãos de obras baratíssima, com vista a geração de mais valia para o mercado, para a economia colonial, e a manutenção do estilo de vida confortável de europeus a nível interno e externo frutos de uma dinâmica escravocrata. A Sociologia tinha como uma das suas principais tarefas

mapear o perfil dos povos de Angola com vista a auxiliar os ocupantes neste processo.

Adriano Moreira – (Ágoas, Castelo, 2019), que mais tarde viria a se tornar no diretor do Corpo Expedicionário Português (CEP), assinalou no relatório da V seção a necessidade de se desenvolver estudos que se focassem na questão político-administrativa das colônias, que seriam seguidos pelos debates sobre a questão da mão de obra e daquilo que os portugueses chamavam de destrribalização (desafricanização das populações locais, de fato). A administração colonial considerava os problemas supracitados uma questão de ordem político-social de extrema importância, sobre os quais deveriam se aprofundar os estudos sociológicos. “Destacavam-se ainda os problemas da posição do posto administrativo no quadro da vida tribal e da regulamentação das migrações, por conta das suas consequências sobre a nacionalidade dos indígenas e como veículo de ideias subversivas” (Ágoas, Castelo, 2019, p. 422).

Outra medida adotada pela administração colonial foi a contratação de sociólogos-pesquisadores estrangeiros. Um exemplo bem mais familiar no contexto do mundo luso-falante foi o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900 – 1987), autor da teoria do *LUSO-TROPICALISMO* (1933), que desenvolveu boa parte de sua pesquisa em Angola sob a licença e o patrocínio do Estado português.

Os primeiros fundamentos sociológicos contra-coloniais nos países africanos de expressão portuguesa foram desenvolvidos no Centro de Estudos Africanos-CEA, filiados a figuras intelectuais destas sociedades (africanas), porém, residentes em Portugal e estudantes da então “escola dos estudantes do império”, ainda na era colonial, em pleno coração do regime supremacista português.

Dentre as principais figuras, destacam-se líderes e intelectuais como Amílcar Cabral (1924-1973) da Guiné Bissau, e os angolanos Agostinho Neto (1922-1979) e Mário Pinto de Andrade (1928-1990) (11 classe-Sociologia Angola, 2022). Mais tarde, junta-se a lista de intelectuais orgânicos mais uma figura, assim, na segunda metade do século XX, três grandes figuras representam o pensamento social angolano. São estes: Mário Pinto de Andrade (1928-1990), Mário António Fernandes de Oliveira (1934-1989) e António Agostinho Neto (1922-1979) (11 classe-Sociologia Angola, 2022).

Segundo a linha mais consensual da comunidade científica, diferentemente de uma disciplina acadêmico-científica, a Sociologia praticada por angolanos durante o período colonial era uma Sociologia de engajamento assente num movimento de mobilização nacionalista com vista a libertação nacional alinhado aos movimentos panafricanistas em todo o continente. Por exemplo, Pepetela uma vez disse que estudava Sociologia para fazer literatura, e usava-se da literatura para conscientização sociológica do leitor. Não se tratava necessariamente de um estudo e conhecimento das teorias sociológicas, mas de análises e ações sociais.

3. 2. 1 Mário Pinto de Andrade (1928 - 1990), pensamento

A Sociologia angolana costuma a ser dividida em três fases, sendo a primeira chamada de narrativa da pré e proto-Sociologia angolana, situando-se entre os anos 1950-1974. Esta fase, que é preliminar a independência, é marcada pela ascensão do pensamento sociológico clássico angolano com os nacionalistas Mário Pinto de Andrade e António Agostinho Neto. A segunda fase é marcada pela ausência, ou seja, pela proibição da Sociologia em Angola, situando-se entre 1975-1991, época do partido único, então República Popular de Angola (Manuel, 2016).

Nesse período, em que vigorou o regime marxista-leninista do autoproclamado partido único da então República Popular de Angola, a sociologia foi considerada non grata e indesejada. O marxismo foi imposto a sociedade angolana como única e excepcional visão epistemológica, social e cultural (Manuel, 2016). O terceiro é o ressurgimento da Sociologia em Angola, entre 1992 e atualidade. Com o fim do regime de partido único e a adoção do multipartidarismo com a promulgação de uma nova constituição, a Sociologia ressurgiu nos currículos angolanos, porém, sob uma rígida égide de tutela e das visões político-ideológicas do até então recentemente partido único, em detrimento da cientificidade. Trata-se de uma Sociologia formativa, com ausência de atividades de pesquisa e extensão (11 Classe-Sociologia Angola, 2022). É preciso lembrar que apesar da adoção do sistema multipartidário, Angola continuou, e continua a ser um país de partido dominante, com forte aparelhamento das instituições pelo Movimento Popular de Libertação de Angola.

Mário Pinto de Andrade. Nascido em 21 de agosto de 1928 no Gulungo, província do Kwanza Norte, foi o primeiro sociólogo angolano. Estudou na França na década de 50. É considerado o principal clássico e/ou o primeiro sociólogo angolano

e militante cofundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Segundo Silva (2016), “o modus operandi do sociólogo angolano, e de acordo com a normativa gramsciana, seria, de forma assaz indubitável, um exemplo visível para toda a intelectualidade africana” (Silva, 2016, p. 60).

Principais obras: *AS ORIGENS DO NACIONALISMO AFRICANO (1997)*, *ENTREVISTA DADA A MICHAEL LABOM (1997)*, *AS ORDENS DO DISCURSO DO CLAMOR AFRICANO (1990)*, *CONSCIÊNCIA, IDENTIDADE E IDEOLOGIA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO (1989)*, *LIBERATION NATIOLE ET IDEOLOGIE (1983)*, *QU’EST QUE ESTE LE LUSO-TROPICALISME (1955)*, *DO PRECONCEITO RACIAL DO MISCIGENADO (1952)* (11 classe-Sociologia Angola, 2022).

Segundo um professor e sociólogo angolano que tive o privilégio de entrevistar ao longo da minha pesquisa de doutorado, *Mário Pinto de Andrade estudou em Portugal e na França, numa época em que, inclusive, a própria Sociologia sequer estava consolidada na França. A Sociologia colonial não era disciplina acadêmica, pelo menos não a princípio. Era uma Sociologia feita em Angola, sobre Angola, mas cujos autores-pesquisadores não eram angolanos, ou seja, nativos. Por conta disso, o professor. Dr. Victor Kajibanga nomeia o intelectual e nacionalista Mário Pinto de Andrade como o primeiro sociólogo angolano. Segundo o professor, apesar de jamais ter atuado efetivamente na academia, Mário Pinto de Andrade foi um intelectual orgânico que se apropriou e usou da Sociologia como um instrumento de luta anti-colonial.*

Intelectual orgânico e revolucionário, Mário Pinto de Andrade desempenhou um papel fundamental na arquitetura dos movimentos de libertação não só de Angola, mas como também de toda África, especialmente nos territórios e povos sob o domínio de Portugal. Combinou estratégias de coordenação geopolítica centrada nos ideais panafricanistas, movimento no qual desempenhou um papel de liderança. Com Mário Pinto de Andrade, a Sociologia desempenhou um papel de Ciência da libertação com resultados práticos que viriam se mostrar a posteriori.

Mário Pinto de Andrade foi, indiscutivelmente (Silva, 2016), um exemplo fustal de negro-africano que se apropriara da metodologia sociológica com vista a refutar o âmago das justificativas colonialistas do fascismo português, ao revelar as suas deficiências prático-ideológicas trazendo-as a superfície. “Servindo-se da disciplina em questão, Andrade exporia, também, as peculiaridades culturais dos povos sob

jugo colonial português, auxiliando na criação duma ideologia própria e liberta de qualquer amarra colonialista imposta” (Silva, 2016, p. 1).

Segundo Silva (2016) “assumindo uma posição cimeira entre os estudos científico-sociais, a sociologia africana acabaria por se impor na segunda parte do decénio de 1950 - altura coincidente com o início das independências ocorridas em solo africano” (Silva, 2016, p. 7). As aspirações de uma prática sociológica revolucionária em Angola coincidem cronologicamente com a fase preliminar das independências dos Estados africanos e do início da luta de libertação nacional no país (1961), período em que sociólogos afro-nacionalistas como Mário Pinto de Andrade já haviam desenvolvido uma bagagem teórica e crítico-revolucionária marxista considerável.

Silva (2016) destaca que a característica do modelo sociológico desenvolvido em África por africanos passa a ser uma heterogeneidade que oscila entre o tradicional e o moderno. A Sociologia africana, dentre elas a angolana, passa a agregar elementos sócio-ideológicos estruturantes do seu passado pré-colonial e colonial. A colonização, obviamente, foi um processo desigualitário. Eis a ordem de ideias:

A escola sociológica devotada a África apoiar-se-ia em três princípios apriorísticos que serviriam de base à concepção do discurso teórico: 1- as organizações sociais africanas têm em simultaneidade uma história tradicional e moderna; 2- os agrupamentos socio-ideológicos seriam em concomitância emanações da estrutura passada e de mutações brotadas do momento colonial; 3- a dominação colonial desdobrar-se-ia em moldes globais e desigualitários (Silva, 2016, p. 53).

Mário Pinto de Andrade concluiu que a relação secular Europa-África trouxe enormes prejuízos para a África (Silva, 2016), uma vez que a política paternalista levada a cabo pelo poder colonial europeu, “relegaria para segundo plano as tradições socioeconómicas, socio-culturais e linguísticas ali existentes aquando da sua chegada, coagindo-os a uma antagónica mundividência socio-estrutural através do poderio político-militar” (Silva, 2016, p. 81).

Silva (2016) destaca a engenhosidade de Andrade na articulação do seu papel como intelectual, teórico, académico e militante materialista-revolucionário. Andrade foi capaz de levar a cabo estudos sociológicos sistematizados das populações e a partir daí, gerar conhecimentos, que viriam a revelar o carácter conservador das populações bantu. Conservador no sentido da manutenção das suas características

sócio-culturais, apesar de toda imposição colonial e do discurso supremacista das expressões culturais ocidentais. Como viria acontecer mais tarde com a ascensão dos assimilados ao poder, Andrade já havia alertado antes sobre possíveis ações retrógradas no futuro como consequência da política imperial-colonial de assimilação (Silva, 2016, p. 80).

Apesar de se mostrarem assertivas e funcionais a princípio, principalmente à quando das articulações das lutas de libertação nacional conforme os métodos de Andrade, Silva (2016) destaca que a aplicabilidade a posteriori das teorias críticas marxistas viriam a se revelar deficitárias quando utilizadas naquilo que o autor chama de “novo contexto.” O autor diz que, diferentemente da conjuntura socioestrutural europeia para as quais o marxismo foi pensado, a sociedade angolana viria mostrar-se complexa e com dinâmicas comportamentais próprias, ou seja, características peculiares próprias das sociedades africanas, das quais a sociologia marxista mostrou-se incapaz de calcular e elucidar. “As teorias sociológicas marxistas não poderiam atender a demanda pela construção de uma base ideológica endógena percebida como necessária pela então intelectualidade das sociedades colonizadas” (Silva, 2016, p. 71-72).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os primeiros registros das atividades relacionadas às Ciências Sociais em Angola, sob a forma de estudos sociopolíticos ao serviço do regime colonial surgem a partir de 1900, começo do século XX (Heimer, 1981). É pertinente lembrar que esta data coincide com a fase preliminar do processo de ocupação efetiva e penetração no interior de Angola pelas tropas do regime imperial português, apenas cinco anos depois da conferência de Berlim (184-1885), onde as potências imperialistas europeias deliberaram sobre a partilha de África entre si.

Com base em Heimer (1981), Cruz (1999) e Ágoas, Castelo (2019), podemos estabelecer o início do século XX, isto é, de 1900 a 1920 como a fase preliminar do processo de institucionalização das Ciências Sociais em Angola na sua fase colonial. A década de 1930 a 1950 foi o ápice do processo, com a criação da Junta de investigação do Ultramar (projeto português) e da entrada de Portugal na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara, respectivamente. Como questões-

chave, podemos pontuar que nesta fase, as Ciências Sociais e humanidades sob a égide do regime colonial tinham como missão:

A) Com base nos seus primeiros registros (1900), além de auxiliarem no levantamento de dados com vista a descodificação do modo de vida dos povos costeiros já subjugados, o uso das humanidades, através da extração de informações das relações intergrupais, serviu igualmente para a criação de condições para a “conquista” dos Estados africanos de Angola ainda por se subjugarem; b) Tiveram como pressuposto atestar o pseudo supremacismo racial e cultural europeu em relação aos povos africanos; c) As Ciências Sociais e Humanidades foram igualmente usadas como instrumentos de justificação das barbáries cometidas pelos ocupantes portugueses. Conforme observa Macamo (2022, p. 18), “no que trata as pesquisas sobre África, o interesse de primeira ordem é o colonial. Assim, desde a ocupação a contemporaneidade, não é a própria África o objeto relevante por definição, mas os interesses coloniais por detrás de sua definição como objeto de estudo”.

Indiretamente, Mbembe (2014) explica uma das causas mais controversas do uso das Ciências Sociais pelo regime colonial, a mesma causa que, deduzimos, frustrou a consolidação das teorias crítico-marxistas e a manutenção da sua versão político-ideológica na Angola pós-colonial. Isto é, “os senhores coloniais desconheciam, quase sempre, aquilo que na simples imitação constituía, na realidade, oposição; aquilo que na oposição aparente não passava de uma mera inversão; ou ainda aquilo que, assemelhando-se a uma revolta propriamente dita” (Mbembe, 2014, p. 74).

Conforme diz Mbembe (2014), “desde o início até ao fim, o regime colonial viveu com a sensação de que algo das sociedades autóctones – independentemente da escala, da amplitude ou das dimensões – emanava do indeterminável” (Mbembe, 2014, p. 74). A destruição do Estado colonial, uma entidade abominável institucional, estrutural e racialmente hierarquizada, tendo as populações de origem europeia no topo e os africanos, donos de fato da terra na base, era um desfecho inevitável. A independência é um patrimônio imaterial dos povos de Angola, cuja essência não pode ser questionada.

O texto evidencia questões pontuais que marcaram os principais fenômenos políticos, sociais e intelectuais da Angola colonial que, obviamente despoletam alguns

questionamentos que ficam nas entrelinhas. Assim, compreendemos que o debate engendrado no presente texto tem suas limitações socio-temporais e, por isso mesmo, necessita de um estudo mais aprofundado sobre o tema, que o autor já tem levado a cabo a partir da sua pesquisa de doutorado em andamento que a seu tempo, estará disponível para a comunidade científica e para a sociedade como um todo.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflitos de interesses de natureza financeira, comercial, institucional ou pessoal que possam ter influenciado a realização deste estudo ou a interpretação de seus resultados. Este texto é de iniciativa e autoria própria, não estando vinculado a nenhum tipo de projeto financiado por qualquer instituição pública ou privada.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados nos quais se baseiam as análises deste estudo estão incluídos no próprio artigo. Não foram gerados ou analisados conjuntos de dados primários durante a presente investigação, uma vez que se trata de uma pesquisa teórico-crítica baseada em fontes bibliográficas e revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

ÁGOAS, Frederico, CASTELO, Cláudia. *Ciências Sociais, diplomacia e colonialismo: a participação portuguesa na comissão de cooperação técnica na África ao Sul do Saara*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 409-428, maio-agosto 2019.

BASTOS, Feliciano Moreira. *A problemática da reforma do ensino da filosofia em Angola*. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 90-114, maio/ago. 2024.

CARDOSO, Carlos. *Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA*. Dossiê. *Revista de Antropologia*, dezembro de 2017, Vol. 60, No. 3 (dezembro de 2017), pp. 89-111.

CRUZ, Elizabeth C. Vera. *As Ciências Sociais em Angola: Resistências, conflitos, perspectivas*. Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias. 1999.

FERNANDES, Florestan. "O mito da democracia racial", In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 6ª edição. 2021, pp. 270-287.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Roquinaldo. *A Institucionalização dos Estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações*. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2010, v. 30, n.59, p. 73-90.

GRASSI, Marzia. Prefácio: *Angola e as ciências sociais*. Famílias Transnacionais entre Angola e Portugal. Instituto de Ciências Sociais-ICS-Universidade de Lisboa, 2016.

HEIMER, Franz-Wilhelm. *Angola a partir de 1900*. Um balanço crítico das pesquisas em ciências sociais. Estudos de Economia, vol. 1, n.º 2, jan.-abr., 1981.

KAJIBANGA, Victor. *Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento: Reflexões sobre o Papel do Ensino Superior em Angola*. AFRICANA STUDIA, Nº3, 2000. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Parlo.

KAJIBANGA, Vítor. «*Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos*». In: Revista Angolana de Sociologia (Luanda), nº2, dezembro de 2008.

MACAMO, Elísio. *Estudos Africanos como Metodologia das Ciências Sociais*. Simbiótica, v.9, n.2, mai.-ago./2022. Vitória, Brasil - ISSN 2316-1620.

MANUEL, Adérito. *O pensamento sociológico no ISCED de Luanda: um estudo dos trabalhos de fim de curso de licenciatura defendidos entre 2003 e 2013*. In SOCIOLOGIA, ENSINO E PRÁTICA. Livro online. 2016. Disponível em: [http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia_Ensino_e_Pr%C3%A1tica\(livro_online\).pdf](http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia_Ensino_e_Pr%C3%A1tica(livro_online).pdf). Acesso em: 30 de setembro de 2025.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre África descolonizada*. Edições Mulemba, Luanda/Angola e Edições Pedagogo, Mangualpe/ Portugal. Abril de 2014.

SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem, textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Edições 70, Lda., Lisboa/Portugal, 2011.

SILVA, Eugénio Alves da. *Universidade Agostinho Neto, Quo Vadis?* Temas e Debates nº3, Editorial Kilombelombe, Limitada. Luanda - Angola, 2012.

SOCIOLOGIA Angola. *11º classe Sociologia Angola (2022)-COMPLETO*. Informação disponível em: <https://pt.scribd.com/document/685061109/11-classe-sociologia-angola-2022-COMPLETO>. Acesso em: 20 de junho de 2024. © All Rights Reserved.

SUMBO, Hernani Bungo. *Políticas de Educação de Adultos em Angola: uma Leitura a Partir dos Documentos Políticos*. In: A Educação Enquanto Fenômeno Social: Perspectivas Atuais 2. Org – Adilson Tadeu Basquerote, Cap. 19, Atena Editora, 2023.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.